
**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS
HÍDRICOS, REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**

Às 09 horas e quarenta e cinco minutos, do dia dezenove de abril do ano de dois mil e um, iniciou-se a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco - CODEVASF, situado à SGAN 601, Lote 1, em Brasília, DF. O Dr. Raymundo José Santos Garrido, Secretário de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CNRH, assumiu a presidência dos trabalhos, cumprimentou aos presentes dando as boas vindas a todos e apresentou a saudação do Sr. Ministro Sarney Filho a todos os integrantes do Conselho presentes à reunião, justificando a ausência do Sr. Ministro em razão de problemas de saúde. Impossibilitado de comparecer, o Ministro solicitou ao Dr. Raymundo Garrido que trouxesse os seus cumprimentos à todos e que fizesse a leitura do seu pronunciamento. O Dr. Raymundo Garrido leu o pronunciamento do Sr. Ministro: "Senhoras conselheiras, senhores conselheiros, senhoras e senhores convidados. É real a ameaça que se lê todos os dias nos jornais de que teremos de racionalizar o uso de energia. Os reservatórios da região Sudeste e Nordeste estão, em média, trinta por cento abaixo dos níveis usuais nesta época do ano e a previsão meteorológica indica que não haverá chuvas suficientes para atingirmos os níveis necessários. Por outro lado, temos assistido uma série de eventos de cheias como em Fortaleza e São Paulo por exemplo, demonstrando que o problema não é só de quantidade de chuvas mas também um problema sistêmico que envolve áreas e diversas esferas de governo. Por isso, é importante que tratemos neste Conselho, que é Nacional, de temas com essa visão sistêmica, apoiando cada vez mais a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos, pois ela pode permear todas as áreas do conhecimento e níveis de governo. Não por outro motivo, a forma de gestão consagrada na Lei da Política Nacional dos Recursos Hídricos traz as características da integração, da participação e da descentralização, de há muito também assimiladas na gestão dos demais recursos ambientais. Assim, a capacidade de visão do todo, somente propiciada pela gestão ambiental, é, ao nosso ver, a condição fundamental para garantir o uso harmônico dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade adequadas, pelas atuais e futuras gerações. Essa é a dimensão verdadeiramente nacional e que garante o gerenciamento abrangente, capaz de superar os interesses locais e regionais em proveito do ganho nacional. Não por outro motivo, tem o Conselho o poder de arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos que possam surgir entre os demais agentes do sistema. Entre suas competências, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem efetuado um trabalho extremamente valioso na edição de diretrizes para a prática dos instrumentos de gestão e nas discussões relevantes dos principais problemas brasileiros de gerenciamento hídrico. É, o CNRH, sem sombra de dúvida, o fórum mais adequado de deliberação, pois confere, por sua representação, um maior dinamismo ao sistema e uma maior legitimidade às decisões, por delas participarem todos os segmentos interessados do setor. A legislação brasileira também criou, no espaço da bacia, um arcabouço institucional que promove a participação de todos os agentes sociais interessados nas decisões sobre o uso da água. Tal arranjo de instituições tem na figura do comitê de bacia a unidade de ação e, ao mesmo tempo, o seu centro de articulação. Em tempo, gostaria de destacar alguns pontos da pauta que hoje se apresenta para a apreciação dos senhores. Inicialmente, quero saudar a iniciativa da região da bacia do rio Piracicaba, que busca solucionar os problemas da região de forma sistematizada através da formação de seu Comitê. Com este objetivo, a bacia do Piracicaba está encaminhando a solicitação de instituição do Comitê de acordo com a Resolução n.º 05 deste Conselho, que estabelece diretrizes para a formação e o funcionamento dos Comitês. Essa região já vem construindo um modelo de gestão, antes mesmo do advento da Lei 9.433/97, através de um Consórcio e de um Comitê Estadual. A bacia do Piracicaba, juntamente com a do Paraíba do Sul, é estratégica para o País e desempenha relevante papel para o fortalecimento da estrutura institucional em construção, contribuindo para a implantação do sistema de gestão no País. Quero, pois, valorizar o significado do comitê, que é o coração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, encabeçado por este Conselho, órgão máximo de sua hierarquia na instância administrativa. No que se refere à proposta de Moção a ser discutida, sobre a Criação da Semana Nacional da Água, abrangendo o período do Dia Mundial da Água, esta é uma forma de ampliarmos o envolvimento da sociedade na discussão da questão dos recursos hídricos, um problema que está se tornando cada vez mais crucial. A Criação da

Semana Nacional da Água tem como meta primordial incentivar e contribuir para a participação da sociedade, como um todo, nas ações cotidianas e na relação cidadã com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e na Agenda 21. Também gostaria de chamar atenção dos Conselheiros para a importância da apreciação da análise do projeto de decreto que altera o Decreto nº 2.612, de 1998. Tal alteração visa abrigar diversos segmentos que manifestaram interesse em participar deste Conselho, assim como garantir a participação de diversas instituições federais criadas na esteira das recomendações da reforma do aparelho do Estado. É muito importante também analisar os destaques referentes a "Resolução que estabelece os critérios gerais para a outorga de uso da água". Esta resolução foi aprovada na reunião anterior deste CNRH, ficando para apreciação, agora, os cinco destaques apresentados. Considerando a necessidade da ação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, essa resolução é de extrema relevância, pois fornece as diretrizes necessárias para os órgãos outorgantes estaduais e para a ANA, entidade outorgante federal. É oportuno comentar, ainda, a análise da proposta de decreto de regulamentação da Lei 9.433, de 1997 uma vez que ainda há matérias que necessitam de regulamentação para assegurar o funcionamento do sistema nacional de recursos hídricos. Conforme se percebe, a pauta dessa reunião esta recheada de matérias de importância para a sólida implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, uma das áreas de maior relevo no contexto da ação do MMA, pois só um vigoroso programa de gestão dos recursos hídricos é capaz de eliminar as preocupações com a escassez desse recurso natural. Alguns autores, e mesmo dirigentes públicos, têm alardeado o caos no mundo, a ser gerado por problemas com a água. Alguns chegam a anunciar que a água vai causar guerras, o apocalipse, como que pretendendo formatar, a seu gosto, o crepúsculo malthusiano, algo que o próprio Malthus não chegou a fazer. Eu tenho preferido acompanhar os realistas, achando que a água é um bem muito limpo para ser o causador de algo que, ao contrário, é demasiadamente sujo: a guerra fratricida! Em verdade, prefiro afirmar que, se houver guerra pela água, teremos sido nós, homens e mulheres, que não a gerenciamos adequadamente, pois se houver gestão, certamente ela não haverá de nos faltar. Se houver uma atitude conseqüente dos governos, da sociedade e dos usuários, estaremos, por certo, livres, dessas previsões catastróficas! E, estes segmentos estão aqui, representados no Conselho. Quero, pois, dar as boas vindas aos Conselheiros presentes e esperamos dos senhores o empenho e a participação nos trabalhos desse colegiado, lembrando-lhes que cada um não representa apenas a Instituição a que está ligado por vínculos profissionais, mas sim todas as entidades brasileiras do respectivo segmento. Por isso, é fundamental que desenvolvam um processo de participação entre seus representados, para que estes, articulados setorialmente, possam exercer seus mandatos de forma ampliada. Este procedimento visa a garantir uma democracia cada vez mais participativa, mesmo que num sistema administrativo de estrutura representativa. Em suma, o que quero pedir-lhes é que não percam o espírito da Lei da Política Nacional, cujo conteúdo democrático e participativo, já suficientemente exaltei. Muito Obrigado". O Dr. Garrido então, comentou que eram estas as palavras de sua excelência o Senhor Ministro Sarney Filho. Antes de dar início à sessão, o Dr. Raymundo Garrido convidou para compor a mesa e auxiliá-lo nos trabalhos os técnicos da SRH: Dra. Flávia Barros e Dr. Roberto Monteiro. Com a mesa composta, declarou aberta a sessão e informou que a agenda do dia constava na pasta entregue aos Conselheiros, na entrada. Logo após, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro a leitura da Portaria nº 133 indicando a alteração de alguns membros: para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi indicado o Sr. Antônio Carlos dos Santos Mendes, como Conselheiro Suplente; para o Ministério do Planejamento e Gestão foi indicada a Sra. Mara Helena Souza, como Conselheira Titular; para o Ministério das Relações Exteriores foi indicada a Sra. Maria Dolores Pena da Cunha, como Conselheira Suplente; para a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, foi indicado o Sr. Jaconias de Aguiar como Conselheiro Titular; para o Gabinete Institucional da Presidência da República foi indicado o Sr. Nilton Fernandes da Cruz, como Conselheiro Titular e a Sra. Eliana Filomena Barbosa Nicolini, como Conselheira Suplente. Após a leitura, o Presidente deu posse aos novos membros e solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que verificasse o *quorum* do plenário, sendo informado que havia *quorum*. Dando continuidade à reunião, o Dr. Raymundo Garrido teceu comentários sobre os trabalhos em andamento no âmbito do CNRH e das Câmaras Técnicas, falou da frequência das reuniões, bem como da grande participação dos diversos segmentos representados no CNRH. Comentou ainda sobre os trabalhos em andamento nas

Câmaras, pontuando os seguintes: diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, análise do PL 1.616/99, que dispõe sobre a gestão administrativa e a organização institucional do SINGREH, a discussão das propostas de resolução de Cobrança, de estabelecimento de mecanismos de qualificação dos projetos a serem analisados pelo CNRH, de estabelecimento de critérios gerais para integração dos procedimentos de outorga de uso de recursos hídricos, licenciamento ambiental e administração da União sobre os Recursos Minerais, de critérios gerais para Outorga de usos de recursos hídricos em reservatórios de acumulações de água superficial, de critérios gerais para outorga de usos de recursos hídricos com fins de diluição, de definição dos dados que devem constar nos planos de bacia, de forma a permitir a gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas e, por fim, o exame dos critérios para adequação do enquadramento das águas subterrâneas à Resolução CONAMA nº 20/86. Após estas considerações, o Dr. Raymundo Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro a leitura da ordem do dia. Após a leitura, o Presidente questionou aos conselheiros presentes se concordavam com a Ordem do Dia. O Conselheiro Mauro Viegas sugeriu a inversão de pauta, invertendo o item 2 com o item 6, ficando os demais na sua ordem original, justificou que com esta inversão seria possível, na parte da manhã, deliberar com mais tempo, as minutas de decretos. O Dr. Raymundo Garrido agradeceu e encaminhou a proposta à votação do Plenário. Após aprovação da proposta do Conselheiro Mauro Viegas, o Presidente da Sessão solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da nova ordem do dia, que foi assim aprovada: item 1) Análise da solicitação para Instituição do Comitê de Bacia do Rio Piracicaba (SP/MG); item 2) Análise da Proposta de Decreto de regulamentação da Lei 9.433, de 1997; item 3) Análise do projeto de Decreto que altera o Decreto 2.612; item 4) Análise dos destaques referentes à Resolução de Diretrizes para Outorga de Uso da Água e item 5) Análise da Proposta de Moção para Criação da Semana Nacional da Água. Após a leitura da nova ordem do dia, o Presidente da Sessão agradeceu ao Dr. Monteiro e passou ao item 1 da ordem do dia, Análise da solicitação para Instituição do Comitê de Bacia do Rio Piracicaba (SP/MG), solicitando ao Conselheiro Antônio Carlos Mendes Thame que apresentasse as considerações sobre o tema. O Conselheiro Thame falou da satisfação em apresentar a proposta de instituição do Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, cuja bacia estende-se pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. Falou do pioneirismo da região na questão da mobilização da sociedade civil e na defesa dos recursos hídricos. Comentou a reversão das águas das cabeceiras para o abastecimento da região metropolitana da cidade de São Paulo pelo Sistema Cantareira. Complementou informando que foi uma das primeiras regiões a criar um Consórcio, o das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, bem como o primeiro Comitê de Bacias Hidrográficas em conformidade com a Lei Estadual de Recursos Hídricos. Informou sobre os investimentos, em torno de doze milhões de reais, oriundos de recursos do FEHIDRO, aplicados na bacia e, comentou ainda que a situação na parte paulista dessa bacia é muito grave no que diz respeito a disponibilidade de recursos hídricos, bem como quanto a degradação de mananciais. Acrescentou informando que um fato novo que poderá contribuir para agravar a situação ambiental será a duplicação da rodovia Fernão Dias, induzindo o processo de industrialização em Minas Gerais, citando como exemplo o município de Extrema, que, com a duplicação, poderá ter um impulso para o crescimento das atividades econômicas. Portanto, complementou que será necessário um tratamento que contemple, de uma forma ordenada, articulada e harmônica, a ação do Governo Federal e dos Governos Estaduais, acima de tudo institucionalizada, a partir da voluntariedade e disposição de integrantes da Secretaria de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas - ANA e das Secretarias Estaduais, de tal forma que haja parâmetros que balizem o comportamento de todos os agentes, que propicie segurança e previsibilidade para todos os envolvidos, acrescentando que foi nesse sentido que se encaminhou a solicitação de formar o Comitê Federal da Bacia Hidrográfica da Bacia do Rio Piracicaba, abrangendo os territórios de São Paulo e de Minas Gerais. Informou que o encaminhamento oficial foi feito à ANA, por solicitação dos Secretários Estaduais de Recursos Hídricos e que, posteriormente, a proposta foi remetida ao CNRH pela ANA, subscrita, conforme dispõe a legislação, pelos secretários estaduais, por quarenta por cento das prefeituras municipais e por entidades representativas de usuários e da sociedade civil, entre os quais a FIESP, Sindicatos Rurais, a Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto - ASSEMAE e outros serviços autônomos municipais. Salientou o atendimento a todos os quesitos estabelecidos na Resolução nº 5 do CNRH. Por fim, acrescentou que a proposta recebeu parecer favorável da Câmara Técnica de Assuntos Legais e

Institucionais e que, naquele momento, era submetida a apreciação e elevada consideração da Plenária, solicitando que fosse instituído o Comitê. O Dr. Raymundo Garrido agradeceu a exposição do Conselheiro Thame, e conduziu a matéria para a discussão do Plenário. A Conselheira Cristina Yuan afirmou ter analisado o material encaminhado e que tinha duas colocações muito importantes: a primeira foi não ter identificado a presença de nenhum representante do setor usuário na comissão provisória para constituição do comitê e sugeriu que se reconsiderasse a inclusão de usuários na mesma. A segunda colocação foi relativa a uma dúvida na justificativa, item 1.5, que tratava da situação atual da bacia do rio Piracicaba e o item 1.5.2 que tratava da implantação das Agências de Bacias Hidrográficas e a Cobrança pelo Uso da Água. Os itens mencionados abordam a questão da legislação sobre gestão de recursos hídricos do estado de São Paulo e questionou se esse Comitê, cujas águas da bacia são de domínio da União, não teria o seu funcionamento (cobrança e outorga) norteado pela Legislação Federal. O Dr. Raymundo Garrido falou que iria agregar um comentário considerado relevante, que era o fato de estar tramitando na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei sobre a cobrança pelo uso da água em corpos d'água de domínio daquele estado, bastante oportuna no que diz respeito a disponibilidade de água, que seria o dado de oferta na formação de preços para cobrança dentro do estado de São Paulo e que deverá ser considerada também, a interferência com os estados vizinhos, a exemplo das bacias dos rios Grande, Paraná, Paranapanema, Piracicaba e Paraíba do Sul. Acrescentou que a Lei Paulista está sendo pioneira e que acreditava que devia-se utilizar o exemplo do Piracicaba para referenciar a necessidade da harmonização da Política Federal referente à cobrança com as leis dos estados de São Paulo e de Minas Gerais. Concluiu que seria válido apreciar melhor o item 1.5.2 apontado, de forma a possibilitar a aprovação do Comitê do Piracicaba, com alguns ajustes que possibilite agasalhar essa preocupação manifestada. Por fim, agradeceu as palavras da Conselheira Cristina Yuan e endereçou as questões levantadas ao Conselheiro Thame. O Conselheiro Thame franqueou a palavra à Dra. Anícia Pio que justificou que a comissão proposta representava um avanço em relação ao que estava estabelecido na Resolução nº 5 do CNRH que prevê, nessa etapa, exclusivamente a criação de uma Diretoria Provisória, composta de um Presidente e um Secretário Executivo. Salientou que nesta Comissão proposta existiam representantes dos Governos do Estado de São Paulo e de Minas, da União, bem como dois representantes do comitê que, por sua vez, é composto por representantes dos usuários, da sociedade civil e dos municípios que compõe a bacia, logo, os usuários já estariam contemplados. Além disso, complementou que existia a representação do Consórcio Intermunicipal da Bacia que reúne quarenta e nove municípios de São Paulo e Minas Gerais e trinta e nove usuários, desta forma os usuários já se encontravam contemplados na composição da Comissão Provisória. Quanto ao segundo questionamento, referente ao item 1.5.2, a Dra. Anícia argumentou que a intenção de implantar a cobrança pelo uso da água levando-se em conta exclusivamente a legislação paulista seria um absurdo. Complementou que o Comitê é federal e, naturalmente, terá que seguir a Legislação Federal, atendo-se também à legislação dos estados de São Paulo e Minas Gerais. O Dr. Raymundo Garrido agradeceu e passou a palavra à Conselheira Cristina Yuan que agradeceu os esclarecimentos da Dra. Anícia e enfatizou que, ainda assim, a sugestão quanto à composição da Diretoria Provisória deveria ser reavaliada, complementando que seria necessário um processo de mobilização de interesses dos setores usuários instalados com atuação na bacia, lembrando ainda que os Comitês e os Consórcios também estão representados no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e nem por isso os usuários deixaram de ter a sua vaga no Conselho. Falou ainda que seria importante e até deveria ser de interesse dos próprios estados e municípios localizados na área onde esse Comitê irá operar, atrair a participação dos usuários, pois é importantíssimo o comprometimento dos mesmos para o sucesso do sistema. Complementou que, em relação a segunda questão levantada, referente ao item 1.5, talvez coubesse uma modificação, porque estava gerando dúvidas, pois o item 1.4 tratava explicitamente de antecedentes da parte da bacia situada no território paulista. Depois, no item 1.5, quando era abordada a situação atual, não havia esclarecimento se era do território paulista ou mineiro, de qualquer forma, seria necessário fazer uma menção a esse elemento de ligação com a Legislação Federal. A Conselheira Cristina Yuan comentou que estas questões não eram impeditivas da aprovação do Comitê e lembrou que o Consórcio, que já abrange o lado Mineiro, tem na sua composição os setores usuários da água e que via como oportuna a possibilidade de tentar harmonizar os

229 textos legais das unidades federadas vizinhas com a futura resolução sobre cobrança pelo uso
230 dos recursos hídricos e que, se obtiver sucesso com a harmonização dos textos legais, será
231 cimentado um degrau a mais para o sucesso do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, uma
232 vez considerada a influência de bacias de gestão compartilhada entre estados. O Dr. Raymundo
233 Garrido informou ao Plenário quanto a presença do Dr. Paulino Cícero, Secretário do Meio
234 Ambiente de Minas Gerais, que tem prestigiado o CNRH. A Conselheira Maria Aparecida lembrou
235 que a um ano atrás, quando solicitou a aprovação da criação do Comitê Pomba-Muriaé, obteve
236 todo o apoio necessário do CNRH e enfatizou o seu apoio a proposta de criação do Comitê em
237 discussão na pauta. Aproveitou a ocasião para comunicar aos presentes que finalizou o processo
238 de definição da composição dos membros do Comitê Pomba-Muriaé, faltando apenas a indicação
239 dos órgãos Federais e Estaduais para a conclusão e que esperava estar em breve instalando o
240 Comitê, ressaltando ser o primeiro aprovado pelo CNRH. O Dr. Raymundo Garrido agradeceu as
241 palavras da Conselheira Maria Aparecida e informou que a matéria continuava em discussão. O
242 Conselheiro Jairo Lousa manifestou o seu apoio à proposta de criação do Comitê da Bacia do Rio
243 Piracicaba, pois a considerou totalmente viável, acrescentou que a comissão não era a ideal mas
244 que isso era irrelevante, pois a proposta estava bem circunstanciada e que seria necessário
245 urgência para a criação do Comitê em função dos conflitos na bacia. O Dr. Raymundo Garrido
246 agradeceu ao Conselheiro Jairo, acrescentando que esse tipo de manifestação positivista deveria
247 persistir nas reuniões do CNRH. Passou então a palavra ao Conselheiro Thame que indicou o Dr.
248 Eduardo para dar o seu depoimento. O Dr. Eduardo solicitou o apoio de todos para criação do
249 Comitê, falando como representante da Indústria e participante do Comitê Paulista da Bacia do
250 Rio Piracicaba e também da Comissão Provisória, complementou que tanto o setor industrial
251 como o agrícola encontravam-se representados nessa Comissão. O Dr. Raymundo Garrido
252 agradeceu ao Dr. Eduardo e concedeu a palavra ao Conselheiro Mauro Viegas que
253 complementou que o que a Conselheira Cristina Yuan pretendia era defender a participação do
254 usuário na Comissão Provisória e não ser contrária a criação do Comitê. O Dr. Raymundo
255 Garrido agradeceu ao Conselheiro Mauro Viegas e questionou ao Conselheiro Thame se ele
256 concordava em modificar a composição da Comissão Provisória, acrescentando um usuário na
257 composição da mencionada Comissão. O Conselheiro Thame concedeu a palavra ao Dr.
258 Francisco Lahoz que agradeceu as palavras de apoio manifestadas e falou que o Consórcio é
259 uma Associação de Usuários da Água, com usuários públicos e privados, portanto, a entidade é
260 composta cem por cento de usuários e que não se oporia ao acréscimo de palavras ao texto que
261 viessem a reforçar a presença dos mesmos. O Dr. Garrido comentou não entender que o
262 Consórcio, que é intermunicipal e nasceu das prefeituras, seja composto de cem por cento de
263 usuários. O Dr. Francisco complementou que a participação no Consórcio é das prefeituras, que
264 são usuários públicos de água e das Indústrias, que também são usuários, então entendia-se
265 esta instituição como Associação dos Usuários. A Conselheira Maria Aparecida disse que
266 entendia perfeitamente o questionamento da Conselheira Cristina e do Conselheiro Mauro, que
267 reconhecia a importância da participação dos usuários dentro do Consórcio e, por entender a
268 importância da participação dos usuários no CNRH, através dos trabalhos feitos no âmbito das
269 Câmaras Técnicas, apoiava a proposta de acréscimo de um membro representante dos usuários
270 na Comissão. O Dr. Garrido agradeceu à Conselheira Maria Aparecida e consultou mais uma vez
271 o Secretário Thame se ele concordaria em acrescentar um usuário na composição da Comissão
272 Provisória, lembrando que a matéria central em votação era a aprovação do Comitê. O
273 Conselheiro Thame falou que assumiria o compromisso de que o representante do Comitê na
274 Comissão Provisória será um usuário, nessa fase considerada transitória. O Dr. Garrido
275 questionou o Conselheiro Mauro Viegas se, considerando a provisoriedade da Comissão,
276 aceitaria a sugestão colocada pelo Conselheiro Thame. O Conselheiro Mauro Viegas disse que
277 não concordava. O Dr. Garrido falou então que encaminharia a votação, pois não prejudicaria a
278 proposta de criação do Comitê. A Conselheira Regina Cansilieri falou que, na qualidade de
279 engenheira representante do serviço de águas e esgotos de Santa Bárbara do Oeste, o setor
280 deveria ter direito a uma vaga como usuário de águas. O Dr. Garrido agradeceu à Conselheira
281 Regina e passou a palavra a Conselheira Cristina Yuan que comentou que considerava
282 importante a presença dos usuários, a ponto de ter havido uma diferenciação no próprio decreto
283 que regulamentou o CNRH, com a indicação de representante por categoria de usuário, onde
284 são elencados seis subseguimentos e outros representantes chamados de Organizações,
285 Sociedades Cívis, etc, que são representados por Comitês, Consórcios e Associações

Intermunicipais, logo se justificaria que fosse avaliada a inclusão de um usuário nessa Comissão Provisória. O Conselheiro Júlio Thadeu lembrou que cabe ao CNRH, conforme a Resolução nº 5, aprovar a criação de comitês, bem como, a indicação do presidente provisório e do secretário interino e sugeriu separar os dois temas. O Dr. Garrido concluiu então haver duas questões em debate: a composição da Comissão Provisória com o destaque para a inclusão do Setor Usuário e a aprovação da criação do Comitê. A Dr^a Maria Luiza, por delegação da Conselheira Cristina Yuan, esclareceu que a solicitação para inclusão dos usuários não confere nenhum direito novo aos mesmos, pois este direito está assegurado no art. 39, inciso IV, da Lei nº 9.433/97. O Conselheiro Thame passou a palavra ao Dr. Eduardo que reforçou que o Comitê do Piracicaba tem a maior representatividade de usuários da região e, como representante da FIESP, não verificava a necessidade de inclusão dos usuários na Comissão, pois estes estavam representados pelo Comitê e pelo Consórcio. A Dr^a Anícia, por delegação do Conselheiro Thame, falou que todos deveriam ficar muito contentes com o interesse dos usuários em participar da Comissão, apesar de não estar prevista na legislação. O objetivo foi formar uma comissão que colaborasse com a diretoria provisória no processo de implantação do Comitê e, apresentou a proposta de São Paulo para a questão, deixando uma das vagas dos representantes do Comitê Paulista para o representante dos usuários, ficando assim um representante do Comitê e um representante dos usuários. A proposta foi aprovada por todos e, em continuidade aos trabalhos, o presidente da mesa propôs votar a aprovação da criação do Comitê do Piracicaba Federal - SP/MG. Foi aprovado por unanimidade, com 24 (vinte e quatro) votos, a criação do Comitê do Piracicaba. O Dr. Garrido cumprimentou a todos os integrantes da Bacia e passou, a seguir, ao item 2 da ordem do dia, que tratava da análise da Proposta do Decreto de Regulamentação da Lei nº 9.433/97. Informou que a proposta foi recebida pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, encaminhada pela SECEX e elaborada pela Assessoria do Ministro do Meio Ambiente, o Dr. Gerson Kelman, antes de assumir a sua função como Presidente da ANA, por volta de setembro ou outubro do ano passado. Falou que a proposta foi estudada na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e solicitou ao Conselheiro Júlio Thadeu que tecesse comentários a respeito da matéria. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou que esse Decreto visa regulamentar a Lei nº 9.433/97 e que foi analisado exaustivamente pela Câmara Técnica, em várias reuniões, com a participação ativa de uma série de pessoas. Foram analisados principalmente os aspectos referentes às competências dos diferentes instrumentos legais, destacando a importante contribuição de juristas renomados no Brasil a exemplo da Dra. Maria Luiza Werneck, Dr. Francisco Thomas Van Acker, Dr. Cid Tomanik Pompeu e o Dr. Édis Milaré. Após isso, o Dr. Júlio Thadeu convidou a Dra. Maria Luiza Werneck para apresentar as considerações referente aos aspectos jurídicos da matéria. A Dra. Maria Luiza cumprimentou a todos, reforçou que, durante os trabalhos de análise, a Câmara Técnica exercitou plenamente a democracia participativa, acrescentou que foram aprofundados os critérios de ordem técnica e jurídica e leu a Exposição de Motivos anexa a análise do decreto. O Dr. Garrido agradeceu ao Conselheiro Júlio Thadeu e à Dra. Maria Luiza, comentou que tratava-se então de uma análise acompanhada de parecer técnico, bem como de justificativas para cada sugestão proposta e afirmou que cabia ao CNRH fazer uma análise final da proposta, possibilitando à Secretaria Executiva do Conselho oferecer uma resposta ao Gabinete do Ministro, de onde originou o documento e após esse esclarecimento, colocou a matéria em discussão. O Conselheiro Leitão cumprimentou a todos e questionou se caberiam destaques ao texto. O Dr. Garrido afirmou que sim e complementou que a intenção era votar o texto em bloco e os destaques depois. O Conselheiro Leitão cumprimentou os membros da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais pelo trabalho realizado e falou que como representante do Ministério da Educação gostaria de dar ênfase aos aspectos didáticos da proposta, sugerindo o acréscimo no inciso 2º do Art. 1º, da palavra “ecológico” no trecho conforme redação a seguir: “*água de valor econômico*”, com o objetivo de inserir o conceito e possibilitar que a ideia de ecológico remeta a importância que os recursos hídricos têm para todas as outras formas de vida que dele dependem. Prosseguiu sugerindo a inserção no item 4 do Art. 1º do termo “*uso sustentável e múltiplo das águas*”, com relação ao Art. 5º do texto, quando se fez referências aos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos acrescentar o item “e”, com o seguinte texto “*a educação ambiental com ênfase no aproveitamento sustentável dos recursos hídricos*”. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou reconhecer a importância da inclusão da questão ambiental dentro do contexto da implementação do Sistema Nacional de Recursos

Hídricos, falou que a implantação do Sistema se dará através da articulação, que seria possível fazer alterações que abriguem a questão da educação ambiental, desde que observados alguns cuidados ao se propor alterações, de forma que as sugestões não acrescentassem competências, pois se tratava de uma proposta de decreto que regulamenta a Lei Nº 9.433/97, não sendo possível assim acrescentar atribuições extras que venham a modificar a lei. Acrescentou que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais estava analisando o PL Nº 1.616/99 e que o mesmo poderia contemplar alterações que abrigassem as preocupações relativas à educação ambiental. O Dr. Garrido comentou que, de fato, seria muito mais eficaz a inclusão da educação ambiental como Instrumento de Gestão no PL Nº 1.616/99, pois um decreto é um instrumento que detalha a lei, quanto a sugestão de inclusão dos termos “ecológico” no texto e “sustentável” noutro, seria necessário uma consulta jurídica quanto a essa possibilidade. O Conselheiro Júlio Thadeu ratificou que não se pode acrescentar atribuição nova a uma lei vigente. O Dr. Garrido consultou a Dra. Maria Luiza quanto as questões apresentadas e a Dra. Maria Luiza respondeu que a primeira sugestão não prejudicava, entretanto, as demais não seriam possíveis visto que acrescentavam um instrumento à lei, e que um decreto não pode ir além da lei, não pode criar, inovar nada na ordem jurídica e, no caso, estaria acrescentando um novo instrumento, não previsto na Lei Nº 9.433/97. O Dr. Garrido consultou a Dra. Dalvacir sobre a questão que concordou com o posicionamento da Dra. Maria Luiza, quando afirmou que a terceira proposta do Conselheiro Leitão acrescentava dispositivos à Lei, com a inovação consensual no que diz respeito no Art. 1º da Lei Nº 9.433/97 e depois, no Art. 5º, acrescentou um instrumento e isso não era possível. O Dr. Garrido agradeceu à Dra. Dalvacir, comentou que as propostas do Conselheiro Leitão vão além da Lei, que o decreto devia estar restrito aos conceitos e ao que a lei colocava como objeto principal e passou a palavra ao Conselheiro Júlio Thadeu. O Conselheiro Júlio Thadeu questionou ao Conselheiro Leitão se seria satisfatório se o Conselho encaminhasse à Câmara Técnica uma recomendação para que esse tema fosse incluído como proposta no PL Nº 1.616/99. O Conselheiro Leitão agradeceu as orientações técnicas e jurídicas recebidas, informou que o objetivo das propostas era incorporar, no disposto no texto referente aos “Instrumentos”, o componente da Educação Ambiental e, se no PL Nº 1616/99 pudesse ser incorporado esse componente educativo, satisfaria plenamente as propostas do Ministério da Educação. Assim, o Conselheiro Leitão acatou as sugestões do Conselheiro Júlio Thadeu para que as questões fossem incorporadas ao PL Nº 1.616/99. O Conselheiro Almir Cirilo referiu-se ao Art. 32, que tratava dos princípios básicos para o funcionamento do Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos abordando dois aspectos: o primeiro referente à questão do monitoramento da qualidade das águas, tendo em vista a recuperação de corpos d’água e a preservação da sua qualidade, onde ela não for satisfatória. O segundo princípio é referente à questão das informações sobre eventos extremos, particularmente da ocorrência de enchentes e sugeriu portanto complementar o art. 32, com a inclusão de três incisos, sendo dois referente à qualidade de água e um referente às emergências. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou que o artigo repetiu a Lei Nº 9.433/97 e sugeriu incluir a proposta no art. 26. O Conselheiro Almir Cirilo comentou que o ponto básico era a questão do monitoramento para subsidiar as ações. O art. 26 tratava da questão da atuação nos eventos extremos mas não destacava a questão do monitoramento. O Dr. Garrido sugeriu inserir um parágrafo único ao art. 26 acrescentando a situação de eventos extremos. O Conselheiro Júlio Thadeu sugeriu que esse assunto específico também fosse incluído na proposta do PL Nº 1.616/99. O Dr. Garrido sugeriu como primeiro destaque para a aprovação do documento, a inserção do parágrafo único ao art. 26, explicitando que o monitoramento abrangia também a situação de emergência e, sugeriu analisar a possibilidade de incluir esse tema no PL Nº 1616/99. O Conselheiro Leitão questionou então se as sugestões apresentadas por ele, referente à questão da educação ambiental, poderiam ser acatadas, da mesma forma oferecida ao Conselheiro Cirilo, dentro da proposta de regulamentação da Lei Nº 9.433/97. O Dr. Garrido respondeu que sim, desde que ele apontasse onde seria possível efetuar tal acréscimo no texto. A Dra. Dalvacir comentou que leu a proposta várias vezes e que no seu entendimento não havia espaço para tanto. O Dr. Garrido retomou o assunto referente ao destaque sugerido pelo Conselheiro Almir. O Conselheiro Flávio Neiva recomendou que a sugestão do Conselheiro Cirilo deveria ser tratada no art. 29. O Dr. Garrido questionou ao Conselheiro Almir Cirilo qual a solução mais adequada, dentre as sugeridas, para atender a preocupação externada. O Conselheiro Almir Cirilo disse que o art. 29 explicitava a

questão da sistematização da informação, considerando que a ANA realizará os estudos para criação, operação, financiamento, monitoramento e implantação do Sistema de Detecção desses eventos, entretanto, restavam algumas dúvidas no que dizia respeito a questão da disponibilização da informação. A Conselheira Cristina Yuan passou a palavra à Dra. Patrícia Bozon que apresentou sugestão de alteração do art. 26 da proposta original, referente à questão do monitoramento, ou seja de acrescentar ao *caput* do artigo, após recursos hídricos, *"em especial para prevenir e minimizar efeitos de secas, inundações e demais eventos críticos"*. O Conselheiro Almir Cirilo concordou com a sugestão da Dra. Patrícia. Dando continuidade aos trabalhos, o Dr. Garrido colocou a matéria para votação em bloco que foi aprovada por unanimidade de 22 (vinte e dois) votos. Passou-se então para a aprovação dos destaques. O 1º destaque referiu-se à sugestão de acrescentar ao *caput* do artigo 26, após recursos hídricos, o seguinte texto *"em especial para prevenir e minimizar efeitos de secas, inundações e demais eventos críticos"*. O destaque foi aprovado por 20 (vinte) votos favoráveis e duas abstenções. Passou-se então ao item 3 da ordem do dia referente à Análise do Projeto de Decreto que altera o Decreto nº 2.612/98. O Dr. Garrido convidou o Conselheiro Júlio Thadeu para apresentar a matéria e solicitou ao Conselheiro Mauro Viegas para substituí-lo na presidência da mesa por alguns momentos. O Conselheiro Júlio Thadeu informou que esse assunto havia sido discutido nas últimas reuniões do Conselho, lembrou que a primeira vez que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais encaminhou o assunto ao Plenário, o mesmo retornou para novas alterações e o Plenário aprovou que se fizesse um novo estudo da composição, mantendo porém a proporcionalidade existente entre os conjuntos dos segmentos. Na última reunião foi aprovado pelo Plenário que o número de Conselheiros seria dobrado. Assim, o CNRH seria composto de cinquenta e sete membros, mantendo-se a proporcionalidade conforme solicitado. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou ainda que, após isso, o assunto retornou a Câmara Técnica para definição da forma de ocupação das novas vagas e ressaltou a importância em estarem presentes no Conselho, os novos membros, tanto das organizações não federais, como também do lado federal como a ANA, o Ministério da Integração Nacional e outras entidades como IBAMA, EMBRAPA e outros. Informou que a Câmara Técnica propôs também, mudanças no teor do decreto, de forma a tornar o Conselho mais operacional e exemplificou que a proposta de renovação dos membros do CNRH, prevendo uma renovação parcial, com a manutenção de cinquenta por cento dos membros, ou seja, sempre que houver uma renovação, fica garantido que pelo menos cinquenta por cento dos membros de uma gestão anterior seja mantido. Previu-se também alterações no decreto adequando-o às novas leis e regulamentos vigentes relacionados com recursos hídricos, não só em níveis Federal como Estaduais. O Dr. Garrido agradeceu ao Conselheiro Júlio Thadeu e colocou a matéria em discussão. O Conselheiro Almir Cirilo inicialmente manifestou discordância no que diz respeito à intensiva presença do Governo Federal na composição do Conselho sugerida na proposta e apresentou algumas questões específicas constantes do item 4, referente ao número de representantes do Ministério de Minas e Energia, sugerindo que uma vaga seja para o representante da Agência Nacional de Petróleo - ANP que, por definição, é a entidade reguladora das atividades relacionadas à exploração de petróleo no país, lembrando ainda os recentes acontecimentos envolvendo a Petrobrás e a carga poluente de sucessivos acidentes ocorrido, comprometendo os recursos hídricos. Acrescentou que na composição dos usuários de recursos hídricos, constante da alínea "f", parágrafo 3º, inciso VIII do art. 2º, propunha apenas uma vaga para representante dos Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo e, considerando a importância dessas atividades dentro do contexto de usos múltiplos dos recursos hídricos e por julgar que os usos mencionados eram conflitantes entre si, sugeriu a seguinte alteração: uma vaga para o representante dos Pescadores e uma vaga para Usuários com finalidade de Lazer e Turismo, retirando-se uma vaga da Indústria, mantendo-se assim a coerência com os demais itens, de duas vagas para cada setor. Comentou ainda que o parágrafo 5º, do art. 2º, que tratava da renovação dos membros do CNRH, não esclarecia, operacionalmente, como seria feita a renovação, mas é uma questão que poderá vir a ser definida posteriormente. O Conselheiro Mauro Viegas propôs as seguintes alterações como destaques, alterando art. 1º, inciso XV: *"Manifestar-se sobre as propostas encaminhadas pela ANA, relativas ao..."* o restante permaneceria conforme texto original e *"para a conservação..."* ao invés de *"...a conservação..."*. A segunda proposta referia-se a uma emenda supressiva do Parágrafo 7, do art. 2º, o destaque seria passar o texto para parágrafo único do art. 3º com a seguinte redação:

457 *"Art. 3º. Caberá a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, sem prejuízo das demais*
458 *competências que lhe são conferidas, prover os serviços da Secretaria Executiva do Conselho*
459 *Nacional de Recursos Hídricos, conforme art. 46 da Lei 9.433/97. Parágrafo único. O titular da*
460 *Secretaria de Recursos Hídricos do MMA será o Secretário Executivo do Conselho Nacional de*
461 *Recursos Hídricos".* A terceira proposta referia-se a emenda supressiva do art. 4º, remissão ao
462 art. 46 da Lei 9.433/97 feita no *caput* do art. 3º, que substitui o art. 4º e renumerar os artigos
463 subsequentes. Por fim, art. 5º, parágrafo 3º, sugeriu transformar o parágrafo em *caput* e em
464 parágrafo 1º de um novo art. 5º e nova numeração dos parágrafos subsequentes, ou seja *"Art.*
465 *5º. O Conselho reunir-se-á em sessão pública com a presença de pelo menos dois terços dos*
466 *seus membros, em primeira chamada e em segunda chamada, trinta minutos após, com*
467 *cinquenta por cento mais um de seus membros. § 1º O Conselho deliberará por maioria simples*
468 *dos presentes, com quorum mínimo de um terço de seus membros".* A Conselheira Cristina
469 Yuan propôs complementar a proposta do Conselheiro Mauro Viegas, explicando que a primeira
470 proposta de mudança referente ao inciso XV, do art. 1º, já havia sido avaliada no âmbito da
471 Câmara Técnica, pois consta também do Regimento Interno do CNRH e estava escrito que o
472 Conselho estabeleceria, mediante proposta da ANA, incentivos inclusive financeiros e, havia sido
473 concluído que não seria competência do Conselho estabelecer tais incentivos, portanto havia
474 sido recomendada a proposta de alteração da redação, de forma que o texto do decreto não
475 fosse prejudicado. Em relação ao parágrafo 7º, do art. 2º e ao próprio art. 3º, que tratavam de
476 assuntos similares em artigos diferentes, referente a questão do exercício da Secretaria
477 Executiva do Conselho, por uma questão de aperfeiçoamento da redação, sugeriu unir os dois
478 itens, o *caput* e o parágrafo designando o Secretário de Recursos Hídricos como Secretário
479 Executivo do Conselho. Complementou que o art. 4º repetia exatamente o art. 46 da Lei nº
480 9.433/97 e com o objetivo de simplificar, sugeriu que simplesmente após o término do texto do
481 *caput* ao art. 3º se fizesse a menção *"...conforme o art. 46 da Lei nº 9.433/97"*, ficando assim
482 justificada a supressão do art. 4º. Finalmente, o parágrafo 3º, do art. 5º, ficaria mais claro se
483 transformado num artigo, já que tratava exatamente do *quorum* da abertura da sessão e
484 permitia separar a questão da deliberação de matérias num parágrafo, já que também se define
485 um *quorum* para a deliberação de matéria. O Conselheiro Mauro Viegas sugeriu, ainda, que nos
486 incisos XVII e XIX do art. 1º, que se fizesse a seguinte alteração: substituir Agência de Água por
487 Agência de Bacia. O Dr. Garrido solicitou esclarecimentos à respeito da questão à Dra. Maria
488 Luisa que informou que essa alteração encontrava-se no PL 1616/99 e que a Lei Nº 9.984, de
489 1997, utiliza a denominação "Agência de Água". O Conselheiro Neiva solicitou esclarecimentos
490 se os representantes mencionados nos parágrafos 5º e 6º, do Art. 2º, que tratam da designação
491 dos representantes (organizações civis de recursos hídricos, Conselhos Estaduais e usuários) e
492 dos mandatos, seriam designados pelo Presidente e se os usuários teriam liberdade de renovar
493 e reconduzir a representação. O Conselheiro Júlio Thadeu esclareceu que esses incisos são
494 referentes aos representantes escolhidos pelos segmentos representados e que esses têm o
495 mandato renovável, tendo sido sugerido que o mandato seja renovável a cada três anos.
496 Esclareceu que o Presidente designará os representantes através de um ato, mas que não os
497 escolhe e que a Secretaria Executiva fará a convocação para a realização das Assembléias para
498 a indicação dos mesmos e, pelo Regimento Interno, quem deve coordenar a escolha dos novos
499 membros são os Conselheiros Titular e o Suplente. O Conselho determinou que a Secretaria
500 Executiva fizesse essa organização e que garantisse a publicidade do evento, não implicando em
501 nenhuma interferência no processo. O Conselheiro Neiva ressaltou que da forma como fora
502 redigido o texto, automaticamente conferia seis anos de mandato aos representantes. O
503 Conselheiro Júlio Thadeu falou que se tratava de uma proposta e que era passível de mudança e
504 que a palavra "renovável" referia-se ao mandato. O Conselheiro Neiva falou que na forma como
505 estava o texto a interpretação seria: "os representantes serão designados pelo Presidente do
506 Conselho e terão mandato de dois anos renovável por igual período..." e sugeriu o destaque
507 com a seguinte redação: *"Serão designados pelo Presidente do Conselho e terão mandato de*
508 *três anos, mandato este renovável alternadamente no percentual"*. Dando continuidade, o
509 Conselheiro Neiva falou que teria ainda duas questões a discutir: a primeira delas referiu-se ao
510 art. 1º, inciso XIV se será realmente o Conselho que definirá os valores a serem cobrados pelo
511 Comitê de Bacias, na opinião dele o Comitê define e o Conselho aprova. Dr. Garrido falou que
512 não, o Comitê propõe os valores. A segunda questão referia-se ao art. 2º, inciso III, que fixa o
513 número de três representantes para cada um dos seguintes Ministérios Agricultura e do

Abastecimento, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, sendo que no primeiro caso um representante será indicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e outro pelo Instituto Nacional de Meteorologia - INMET e, considerando o tamanho da EMBRAPA, sugeriu que fossem dois os representantes dessa empresa. O Dr. Roberto Monteiro falou que isso deveria ficar a critério do Ministério. O Conselheiro Neiva sugeriu que sua proposta já fosse encaminhado no texto. Dr. Garrido questionou se estas manifestações finais forma consideradas destaques e a resposta foi não. O presidente da mesa sugeriu a votação em bloco para a proposta apresentada e, em seguida, os destaques que foram sistematizado e solicitou a Dr.^a Flávia que fizesse a leitura dos mesmos. A Dr.^a Flávia leu os destaques: 1º destaque - apresentado pelo Conselheiro Almir Cirilo - sugestão de incluir a Agência Nacional de Petróleo - ANP em uma das vagas do Ministério de Minas e Energia; 2º destaque - apresentado pelos representantes da Indústria, referente ao art. 1º, inciso XV, emenda modificativa do texto *"Manifestar-se sobre propostas encaminhada pela ANA relativa ao estabelecimento de incentivos, inclusive financeiros, para conservações qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos, na forma do inciso XV, do art. 4, da Lei 9.984, de 2000"*; 3º destaque - dos representantes da Indústria, relativo ao art. 1º, incisos XVII e XIX, propôs a substituição dos termos "Agências de Águas" por "Agências de Bacias", o qual foi retirado; 4º destaque - dos representantes da Indústria, referia-se ao art. 2º, parágrafo 7º, proposta de emenda supressiva, retirar o texto e acrescentá-lo ao art. 3º, como parágrafo único do art. 3º; 5º destaque - dos representantes da Indústria, referiu-se ao art. 3º, emenda modificativa da redação *"cabará a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, sem prejuízo das demais competências que lhes são conferidas, prover os serviços de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos..."* acrescentado *"... conforme art. 46 da Lei 9.433/97"* e acrescentando o seguinte *"parágrafo único. O titular da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente será o Secretário Executivo do Conselho nacional de Recursos Hídricos"*; 6º destaque - dos representantes da Indústria: supressão do art. 4º pois já estará contemplado no artigo anterior e já se encontra na lei; 7º destaque - dos representantes da Indústria, art. 5º, parágrafo 3º, emenda modificativa, transformar o parágrafo em *caput* e parágrafo 1º de um novo artigo e renumeração de todos os demais parágrafos. O art. 5º seria *"O Conselho reunir-se-á em sessão pública, com a presença de pelo menos dois terços dos seus membros, em primeira chamada e, em segunda chamada, 30 minutos após, com cinquenta por cento mais um de seus membros"*, e o parágrafo primeiro seria *"O Conselho deliberará por maioria simples dos presentes, com o quorum mínimo de um terço de seus membros"*. E finalmente o 8º destaque, apresentado pelo Conselheiro Neiva, foi retirado. O Conselheiro Barbosa fez referência a proposta apresentada pelo Conselheiro Cirilo, comentando que a forma proposta, ao designar uma vaga para a ANP, irá criar dificuldade para o Ministério das Minas e Energia, já que uma vaga é designada diretamente pelo ministro, as demais pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPEL e Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM respectivamente e sugeriu que fosse substituído CEPEL por ANP. O Conselheiro Almir afirmou que não queria entrar em conflito na forma como o Ministério escolheria os seus representantes, apenas ressaltou que era de fundamental importância a presença, neste Conselho, da Agência Nacional de Petróleo, ressaltou que, em nenhum instante, propôs aumentar a representação e lembrou ainda que não foi apresentado o destaque referente à questão levantada anteriormente, que trata do conflito entre Pescadores e Usuários de Lazer e Turismo e sugeriu que fosse destinada uma vaga para cada, retirando-se uma vaga da Indústria que era o único usuário com três vagas. O Dr. Garrido comentou que haveria o momento para a defesa dos destaques, que a intenção foi de sintetizá-los e que o momento era para votação em bloco da matéria original. O Conselheiro Mauro Viegas comentou que algo não estava correto e citou o inciso III, do art. 2º que estipulava o número de três representantes cada um dos seguintes Ministérios: Agricultura e Abastecimento, sendo um representante indicado pela EMBRAPA, outro pelo INMET e o terceiro indicado pelo Ministro; Ciência e Tecnologia, sendo um representante indicado pelo CNPq, outro pelo INPE e o terceiro pelo Ministro e, por fim, Meio Ambiente, sendo um representante indicado pela ANA, outro pelo IBAMA e o terceiro pela SRH. Questionou como ficaria a indicação do Ministro nesse caso. O Dr. Garrido respondeu que a indicação do Ministro é o Titular da Secretaria. O Conselheiro Júlio Thadeu complementou que se tratava de erro digitação e que deveria ser retirada do texto mencionado a sigla SRH. O Dr. Garrido questionou se haveria um destaque

para alterar o item "c", inciso III do art. 2º. O Conselheiro Mauro Viegas assentiu que sim. A Conselheira Cristina Yuan falou que discordava da proposta do Conselheiro Almir Cirilo referente à retirada de um representante da Indústria, alegando a importância de ser mantida a representatividade desse setor usuário, afirmando que esse seguimento tem participado ativamente da implantação dos instrumentos de gestão, particularmente da outorga e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, de grande interesse para o setor Industrial, daí a importância da representação em todos os plenários na área de gestão de recursos. Complementou que o assunto havia sido discutido amplamente no âmbito da Câmara Técnica e que a proposta não refletia simplesmente um fato ou um desejo do setor. A Conselheira Mara Helena sugeriu inverter a redação do texto referente ao item "f", parágrafo 3º, art. 2º colocando Usuário de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer ou Turismo na frente e representante de Pescadores após, objetivando maior clareza ao texto, bem como evitar equívocos de interpretação. O Conselheiro Langone fez uma declaração antecipada de sua posição sobre essa votação, ele se absteria na votação, considerando a questão da representação dos Estados constante do texto apresentado, reconheceu que foi a negociação possível, entretanto considerou que há uma indisposição do Governo Federal em relação a representação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, falou que quando se pronunciou, o fazia em nome do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, das ONG's, dos usuários da água do estado, bem como dos Conselhos Estaduais do Paraná e de Santa Catarina. A nova proposição melhorava um pouco a questão, ao estabelecer dois representantes por região do país, além de tentar estabelecer uma compensação que é a da suplência ser obrigatoriamente de outro estado. Afirmou saber que não existiam Conselhos Recursos Hídricos em todos os estados do País, entretanto, para a estruturação do Sistema, o ideal seria que, o mais rápido possível, todos os Conselhos Estaduais fossem implantados e sugeriu que fosse discutida essa proposta mais adiante, visto que não havia condições de avançar mais naquele momento, considerando a não existência de espaço para discussão de uma ampliação maior da representação dos Conselhos Estaduais com toda a sua diversidade, concluiu que a proposta atual implicava em debilitar a autoridade do Conselho como ponto estruturador do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, assim, ao somar dois ou três Ministérios representativos do Governo Federal, eles teriam o mesmo peso de voto que a representação de vinte e sete unidades da Federação, que não representa somente as vinte e sete unidades da Federação, tratava-se da representação de todo um conjunto de instituições representadas nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, portanto, existia uma desproporção que comprometia o processo de efetivação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, bem como, a integração entre o Sistema Nacional e os Sistemas Estaduais. O Conselheiro Almir Cirilo modificou o conteúdo da sua proposta, restringindo a solicitação de que se tenha no item "f" 01 (um) representante de cada segmento citado e aceitando a inversão proposta pela Conselheira Mara Helena. Encerradas as discussões, o Dr. Garrido colocou a matéria para votação em bloco que, foi aprovada por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, 03 (três) contrários e 02 (duas) abstenções. Passou-se imediatamente aos destaques: 1º destaque - substituição da CEPEL pela ANP, proposta de destaque do Conselheiro Almir Cirilo, enriquecida pela do Conselheiro Barbosa, aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, e 02 (duas) abstenções; 2º destaque – proposta de destaque do Conselheiro Almir enriquecido pela sugestão da Conselheira Mara, um representante dos Pescadores e um Usuários de Recursos Hídricos de Lazer e Turismo e a inversão no texto da ordem dos usuários. O Presidente da mesa consultou o Conselheiro Júlio Thadeu se poderia aumentar o número de vagas. O Conselheiro Júlio Thadeu afirmou que já havia sido aprovado o aumento do número de vagas, uma proposta de alteração da composição das vagas destinadas aos usuários teria que vir acoplada da supressão de uma vaga para que fosse mantida a proporcionalidade. O Dr. Garrido solicitou uma definição quanto a proposta do Conselheiro Almir Cirilo que sugeriu, dentro do contexto que o Governo Federal abdicasse de uma vaga em prol de mais uma para o item "f". O Dr. Garrido questionou se não alterava a proporcionalidade. A Conselheira Cristina Yuan afirmou não entender o porquê da necessidade de ser suprimida uma vaga dos usuários e que, como conselheiros, poderiam propor as alterações necessárias. O Dr. Garrido propôs então passar para o destaque seguinte, enquanto se definia como ficaria a proposta do Conselheiro Almir. O Conselheiro Neiva questionou a legitimidade do primeiro destaque ao votar a substituição da CEPEL pelo ANP. O Dr. Garrido lembrou que trata-se de uma sugestão de decreto encaminhada pelo Conselho. O Conselheiro

628 Almir Cirilo falou que na reunião passada aprovou-se o número total de Conselheiros, que a
629 proporcionalidade diz que o Governo Federal deve ter até cinquenta por cento mais um, não
630 especificamente cinquenta e um por cento, logo a sua proposta não comprometerá a moção. O
631 Conselheiro Júlio Thadeu esclareceu que foi aprovado em reunião, não na passada, mas na
632 anterior a ela, que a proporcionalidade entre os membros fosse mantida, logo a decisão do
633 Conselho foi de que a Câmara Técnica deveria encaminhar uma proposta, sugerindo números,
634 mantendo sempre a proporcionalidade entre os conjuntos de usuários e os conjuntos dos
635 seguimentos que compõe o Conselho, essa foi a decisão tomada e complementou que na
636 reunião passada foi aprovado o número total de cinquenta e sete membros. O Conselheiro Almir
637 argumentou que se na reunião passada foi aprovado isso, estava-se indo contra a lei ao impor
638 essa representação, falou ainda que o Governo Federal poderia ter até esse limite e se essa
639 proporcionalidade for mantida como fixa, daí em diante, estará automaticamente impondo que o
640 Governo Federal terá sempre cinquenta por cento mais um dos representantes. O Dr. Garrido
641 falou que o número não foi mantido como fixo, foi mantido apenas para essa alteração. O
642 Conselheiro Almir Cirilo concluiu então que tudo que ele havia afirmado não se contrapunha a
643 nenhum dos princípios, que foram já aprovados, anteriormente, pelo Plenário. O Dr. Garrido
644 esclareceu que, o aprovado na reunião anterior, foi que manter-se-iam as proporções dos
645 seguimentos neste crescimento da composição do Conselho e isso não estaria mudando a lei. A
646 Conselheira Cristina Yuan afirmou que, falando em ordem de grandeza e, considerando o fato de
647 que o Governo já expressou o seu desejo de manter maioria no CNRH, atualmente, são quinze
648 membros do Governo Federal no total de vinte e nove e isso representa cinquenta e dois por
649 cento e não cinquenta por cento mais um inteiro. O Dr. Garrido falou então que se estava
650 propondo manter a proporcionalidade e que os usuários passassem a ter 13 (treze) vagas em
651 um total de 58 (cinquenta e oito) e o Governo teria 29 (vinte e nove) em 58 (cinquenta e oito),
652 esclarecendo que o Presidente do Conselho, sendo 01 (um) Representante do Governo Federal,
653 tem o seu voto de qualidade, então o Governo Federal continuaria mantendo a maioria, essa
654 era a proposta que estava sendo submetida a apreciação do Plenário. O Conselheiro Júlio
655 Thadeu afirmou que isso foi decidido pela Câmara Técnica e constava em ata de reunião e que a
656 Lei de Recursos Hídricos não explicitava em cinquenta e um por cento para o Governo Federal,
657 mas sim, cinquenta por cento mais um, quer dizer, na medida que aumentava o número de
658 usuários seria necessário aumentar o número dos representantes do Governo Federal para
659 manter os cinquenta por cento mais um. O Plenário falou em coro que o que consta em lei é que
660 o Governo Federal poderá ter até cinquenta por cento mais um da representação do Conselho. O
661 Conselheiro Júlio Thadeu confirmou. O Dr. Garrido ponderou que se tratava de uma reunião
662 extraordinária e que o que ficou estabelecido em pauta, como tema a ser discutido, foi a
663 definição dos representantes dos seguimentos, dado o aumento promovido no número de
664 membros do Conselho, logo, não era o momento de discutir a questão do número de vagas para
665 cada seguimento, em especial a do Governo Federal, isso poderá fazer parte de uma pauta de
666 reunião futura, já que a questão estava sendo levantada por vários Conselheiros como o
667 Conselheiro Almir Cirilo, a Conselheira Cristina Yuan e o Conselheiro Langone. A Conselheira
668 Cristina esclareceu que ao fazer a argumentação numérica não estava pretendendo rebaixar o
669 percentual de participação do Governo Federal, tanto que em nenhuma das propostas isso era
670 contemplado, houve uma série de posicionamentos em relação a questão de uma participação
671 muito expressiva do Governo Federal mas não era o momento de discutir esse tema, o que se
672 discutia agora era a manutenção do conceito de proporcionalidade que permitiria acolher a
673 proposta do Conselheiro Cirilo de contemplar o Setor de Pescadores e de Usuários de Lazer e
674 Turismo com dois representantes e isso implicaria em elevar a representação de Usuários de
675 doze para treze, que percentualmente seria desprezível e manteria a maioria do Governo, já
676 que o número total de Conselheiros passaria a ser de cinquenta e oito e o Governo teria vinte e
677 nove vagas e mais o voto de qualidade do Presidente. O Dr. Garrido contra-argumentou que
678 não era objeto da Pauta daquela reunião o tratamento que alterasse as proporções dos
679 membros do CNRH e que era preciso que a proposta de destaque do Conselheiro Almir Cirilo
680 fosse subscrita por outros Conselheiros, mantendo o número dos representantes dos Setores
681 Usuários, como a proposta não estava fechada, sugeriu passar ao próximo destaque e depois
682 retornar a ele. A Dra. Flávia prosseguiu a leitura dos destaques: 3º destaque - dos
683 representantes da Indústria, referente ao art. 1º, inciso XV, emenda modificativa do texto
684 *"Manifestar-se sobre proposta encaminhada pela ANA relativa ao estabelecimento de incentivos,*

inclusive financeiros, para conservações qualitativas e quantitativas de recursos hídricos, na forma do inciso XV, do art. 4º, da Lei 9.984, de 2000." Destaque aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis e 03 (três) abstenções. 4º destaque - dos representantes da Indústria, relativo ao art. 2º, parágrafo 7º, emenda supressiva e proposta de transformar o parágrafo suprimido em parágrafo único do Art. 3º. Destaque aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, e 03 (três) abstenções; 5º destaque - dos representantes da Indústria, referiu-se ao art. 3º, emenda modificativa da redação "*Caberá a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA, sem prejuízo das demais competências que lhes são conferidas, prover os serviços de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos...*" acrescentado "... conforme art. 46 da Lei 9.433/97". Destaque aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção; O 6º destaque - dos representantes da Indústria, art. 5º, parágrafo 3º, emenda modificativa, no *caput* acrescentar ao texto "...conforme Art. 46 da Lei 9.433/97." e acrescentar parágrafo único àquele mesmo retirado do Art 2º, com a seguinte redação: "*o titular da SRH do MMA será o Secretário Executivo do CNRH*". Destaque aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção; 7º destaque - dos representantes da Indústria, referente ao Art. 4º, emenda supressiva no Art. 4º, fazer remissão ao Art. 46 da Lei 9.433, feito no *caput* do Art. 3º que substituía o Art. 4º, tratava-se da remissão feita no Art. 3º que substituía o Art. 4º da Proposta de Decreto. Destaque aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis e 01 (uma) abstenção; O 8º destaque - dos representantes da Indústria, referia-se a emenda modificativa do art. 5º, parágrafo 3º, a emenda propôs transformar esse parágrafo em *caput* e parágrafo 1º de um novo art. 5º com nova numeração e depois renumerar a sequência de artigos. Destaque aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis e 03 (três) abstenções; O 9º destaque - dos representantes da indústria, referia-se ao item "c", inciso III, art. 2º, emenda adicional, na composição Ministério do Meio Ambiente, retirar a Secretaria de Recursos Hídricos, mantendo-se a vaga para o Ministério. Destaque aprovado por 12 (doze) votos favoráveis e 04 (quatro) abstenções. O Conselheiro Almir sugeriu deixar o segundo destaque sugerido por ele para discussão após o almoço, considerando o horário adiantado. O Dr. Garrido encerrou os trabalhos da manhã. Às 14:45 h retomou-se os trabalhos, quando o Presidente da mesa lembrou aos demais a pendência referente ao segundo destaque, alínea "f", parágrafo 3º, art. 2º, da proposta de alteração do Decreto nº 2.612, correspondente ao item 3 da pauta. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou que os membros da Câmara Técnica, quando analisaram a definição da composição do CNRH, observaram alguns critérios de análise, foi encaminhado a todos os Conselheiros documento questionando se haveria interesse dos seguimentos em aumentar a representatividade e não foi recebida nenhuma manifestação por parte do seguimento do Setor Pesqueiro e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo, mesmo assim analisou-se sob critérios técnicos e, infelizmente, os representantes desses setores não têm comparecido às reuniões do Conselho. Além disso, esse seguimento, em termos de estabelecimento de conflitos de recursos hídricos, apresentava um baixo teor de agressividade, é pouco poluente, com um consumo mínimo de água, por outro lado, quanto da proposta diferenciada de disponibilizar essa vaga ao Setor Industrial, analisou-se o interesse manifestado do setor em participar ativamente da diversas discussões, além de ser um dos seguimentos que irá pagar a conta, desta forma, será importante que esse seguimento tenha uma participação mais representativa dentro do Conselho, além de representar atividades com alto consumo de água, com grande carga poluidora. O Dr. Garrido lembrou que não se encontravam presentes à reunião nem o Titular nem o Suplente do Setor de Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo e comentou ainda que a cota federal estava cem por cento presente. Acrescentou respondendo ao Conselheiro Almir Cirilo que o Sr. Pedro Sérgio Rigolo e o Sr. Carlos Divino de Maria são respectivamente os membros Titular e Suplente da vaga, sendo o primeiro representante dos Pescadores e o segundo representante dos Usuários de Recursos Hídricos com finalidade de Lazer e Turismo. O Conselheiro Almir Cirilo informou que quando fez a proposição, visava defender os princípios da Lei e que, diante das argumentações, não tinha como continuar defendendo a duplicação da vaga e retirou o destaque da votação. O Dr. Garrido comentou que não considerava os dois setores competitivos pois ambos objetivavam as mesmas coisas, água limpa e quantidade. Informou ainda que, com isso, estava concluída a análise da matéria, referente ao item 3 da ordem do dia, que tratou do Projeto de Decreto que altera o Decreto Nº 2.612 e que o mesmo seria encaminhado ao Presidente do Conselho, o Ministro José Sarney Filho e Titular da Pasta, para posterior encaminhamento à Presidência da

República, como sugestão do CNRH. O Dr. Garrido informou ao Plenário que a Secretaria Executiva distribuiu o exemplar atualizado da Política Nacional dos Recursos Hídricos contendo dois textos legais, referentes às Leis Nº 9.984/00 e Nº 9.433/97, e também a publicação que tem no seu conteúdo todas as resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, trabalho feito em parceria entre a Secretaria de Recursos Hídricos e a Rede Brasileira de Organismo de Bacia, e agradeceu ao Dr. José Adilson Barso, Presidente da REBOB e ao Dr. Dalton Broch, Secretário Executivo da mesma Rede, o empenho na publicação. Por fim, informou que o Conselheiro Mauro Viegas encaminhou proposta de moção para a criação de uma Câmara Técnica Permanente sobre a cobrança pelo uso da água, acrescentando que será matéria para uma próxima reunião e que, como a cobrança é considerada o instrumento de gestão mais complexo a ser implementado, terá uma importância muito grande no contexto do CNRH. Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se ao item 4 da ordem do dia que referia-se à análise dos destaques referentes a Resolução que estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso dos recursos hídricos. O Presidente da mesa ressaltou que a matéria em questão foi exaustivamente discutida na 5ª Reunião Ordinária do CNRH e que o seu texto principal havia sido aprovado em bloco, ficando pendente o exame dos destaques apresentados por quatro conselheiros. Acrescentou que só foram encaminhados à Secretaria Executiva do Conselho as propostas finais dos destaques apresentados pelos Conselheiros representantes do Ministério da Educação e do segmento Associações Técnicas de Ensino e Pesquisa. O Dr. Garrido solicitou ao Conselheiro Júlio Thadeu a gentileza de fazer as considerações sobre o tema. O Conselheiro Júlio Thadeu ressaltou que apenas duas instituições apresentaram sugestões à matéria e convidou o Dr. Roberto Monteiro para fazer as considerações sobre os destaques apresentados, considerando ser ele o responsável pela coordenação do grupo de trabalho que analisou o assunto. O Dr. Roberto Monteiro comentou que, na ocasião, foram apresentados três destaques, sendo dois da ABRH referente às questões de prazo das outorgas e a integração das águas subterrâneas e, o último, do Ministério da Educação relacionado aos aspectos de educação ambiental e desenvolvimento sustentável. As sugestões apresentadas foram além dos três tópicos acordados pelo Plenário, mesmo assim, a Câmara Técnica analisou-as e concluiu que, além do impedimento de considerar outros destaques afóra os anteriormente aprovados, haviam problemas de consistência técnica em diversas sugestões, tendo sido aprovado o destaque referente ao § 4º, do Artigo 1º, quando acatou-se a seguinte inclusão no texto: "*visando a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos*". Em seguida, o Dr. Garrido concedeu a palavra ao Conselheiro Almir Cirilo que esclareceu que a ABRH instituiu um grupo composto de pessoas renomadas na questão de recursos hídricos, sob a coordenação do Prof. Rubens Porto, que concluiu que não tinha como apreciar devidamente os diversos itens da resolução e, por sugestões deles, foi feito o pedido de vistas ao processo. Este pedido de vista foi transformado em sugestões encaminhadas à Câmara Técnica. Informou ainda que existiam alguns pontos que requeriam esclarecimentos no que diz respeito à questão das águas subterrâneas. O primeiro referente à alínea "a", inciso 3º, do art. 16, o comentário do documento classificava como excelente a sugestão, entretanto não fora acatada como que também não foi apresentado nenhum argumento para tanto. O segundo, referente ao art. 24, sugestão da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS/Sub-regional de Pernambuco, com base em fatos constatados, sobre a super exploração e uma contaminação com risco muito sério de exaustão dos aquíferos, propôs algumas limitações para esse tipo de retirada, consideradas de extrema relevância, também não foram acatadas. Por fim, referiu-se a dicotomia entre Outorga versus Licença Ambiental, afirmando que em uma resolução nacional era necessário, no mínimo, prever recomendação referente a esses dois processos. Após essas considerações, o Conselheiro Rubens Porto complementou a exposição do Conselheiro Almir Cirilo, informando que a ABRH é favorável a essa resolução no seu todo, mas que em alguns aspectos poderia ser melhorada, evitando que o poder concedente ficasse eventualmente fragilizado e fez referências às condições de navegabilidade previstas na resolução, aos volumes necessários para auto-depuração dos rios, aos eventos críticos e aos casos que requerem suspensão de outorgas e ao uso prioritário da água para consumo humano, já que o termo "assegurar" é considerado muito forte. Concluiu afirmando serem esses os pontos considerados importantes pela ABRH. O Dr. Garrido agradeceu as considerações e comentou que adiante a resolução poderá ser revista e reeditada, depois passou a palavra ao Conselheiro Martinho que defendeu a questão referente à navegação previstas no texto e disse que não concordava com a

colocação de que a Resolução estaria privilegiando o Setor Hidroviário em detrimento de outros. Em atendimento aos esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros Almir Cirilo e Rubens Porto, o Dr. Roberto Monteiro teceu os seguintes comentários: o primeiro referente à questão da Outorga versus o Licenciamento Ambiental e a existência de um guichê único de entrada para solicitação dessas licenças, esclareceu que nem todos os estados tratam esses assuntos em um mesmo órgão, portanto foi necessário prever a necessidade de articulação entre os mesmos sem obrigar a criação de um guichê único; a questão da garantia de água aos usos prioritários, se houver múltiplo uso, o uso prioritário será a dessedentação humana, ou seja, é o último uso a ser cortado, mas não havendo água, nada vai ser cortado, pois não irá existir nenhum uso a ser assegurado. O Dr. Garrido concordou com o Conselheiro Rubem Porto na questão do uso do verbo "assegurar" porque se criou uma situação nova em relação ao que diz o art. 1º da Lei nº 9.433/97, falou que o que estava escrito na resolução era "assegurar" e a lei não estabelece assegurar, a lei estabelece que *"em situação de escassez, o uso prioritário será..."* assim, ao colocar o verbo "assegurar" criou-se uma obrigação que a lei não determinava. O Conselheiro Almir afirmou que um dos destaques aprovados referia-se à questão da Outorga de Águas Subterrâneas e não foram considerados. O Dr. Roberto Monteiro respondeu que a questão não foi tratada conforme sugerido pois são tópicos bastantes específicos e que deveriam ser matéria de uma outra resolução. O Conselheiro Almir Cirilo comentou que a Resolução de Águas Subterrâneas, aprovada anteriormente, era bastante genérica e que existiam alguns problemas muitos sérios na questão da Outorga de Águas Subterrâneas que mereciam destaque. Assim, era necessário prever mecanismos de proteção de reservas hídricas, considerando os riscos de exaustão e de contaminação dessas reservas. O Conselheiro Mauro Viegas convidou a Dr^a Isaura, como participante da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que informou que a questão mencionada estava sendo objeto de discussão no âmbito daquela Câmara Técnica, que esse item específico seria agendado para discussão nas próximas reuniões, sugerindo a participação de técnicos da ABRH no processo de discussão. O Dr. Garrido questionou se as convocações para as reuniões das Câmaras Técnicas seguiam o Regimento Interno, o Conselheiro Júlio Thadeu afirmou que sempre era observado o disposto no Regimento e foi consensado que todos os conselheiros receberão, a partir desta data, o convite para as reuniões das Câmaras Técnicas. Solicitou ainda que as reuniões dos grupos de trabalhos sejam também convocadas com uma certa antecedência. O Conselheiro Mauro Viegas solicitou a elaboração de um cronograma de reuniões para todas as Câmaras Técnicas e seus grupos de trabalho, contendo as datas prováveis de realização das mesmas. Após essas considerações, o Conselheiro Almir Cirilo solicitou que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas trabalhasse as questões referentes à Outorga. O Dr. Garrido deliberou que essas questões sejam apreciadas na Câmara Técnica específica e a Resolução de Outorga foi considerada aprovada com o destaque aprovado na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Passou-se então ao último item da pauta referente à proposta de moção para a criação da Semana Nacional da Água. O Dr. Garrido solicitou ao Conselheiro Júlio Thadeu que tecesse considerações a respeito. O Conselheiro Júlio Thadeu comentou a importância do tema "água" e que seria interessante considerar a idéia da realização de uma semana da água, possibilitando a programação de um maior número de eventos, com ampla participação da sociedade, ampliando assim o caráter educativo do tema. O Presidente da mesa colocou a matéria em discussão. O Conselheiro Almir Cirilo comentou que na prática o dia da Água tem sido comemorado não só no dia 22 de março, como também na semana que inclui o dia 22 e recomendou não instituir uma data fixa e sim estipular aquela semana que incluir o dia da água como a Semana Nacional da Água. O Conselheiro Langone informou que no Rio Grande do Sul, em conjunto com a Organização Pan-americana da Saúde - OPAS, é comemorada a Semana Inter-Americana da Água em outubro, que a ABES coordena as ações em vários estados, com ampla programação nesse mês, logo, já é uma tradição consolidada e se o CNRH estabelecer uma nova data poderá haver duas datas para comemorar a Semana Nacional da Água. O Conselheiro Renato Paim acrescentou que a Organização Pan-americana da Saúde está criando no Brasil um grupo nacional para instituir oficialmente a Semana Inter-Americana da Água no país e, conforme colocado pelo Conselheiro Langone, esse evento já acontece em vários estados brasileiros no mês de outubro, assim será necessário encontrar uma forma de compatibilizar essas datas. O Conselheiro Mauro Viegas sugeriu suspender a discussão sobre o tema por sessenta dias objetivando melhor análise e sugestão de compatibilização das comemorações existentes. O Conselheiro Jairo comentou que

era bem-vinda a criação da Semana da Água e, considerando que o Conselho é relativamente novo, sugeriu se pensar em disposições transitórias, partindo do princípio de que muitas das coisas que estão sendo feitas no momento são relativamente novas, muitas vezes precisam ser revistas, a exemplo de algumas resoluções, pois quem participa dos processos de discussão na ponta é capaz de identificar quem e de que forma estão sendo afetados por essas normas. Assim, seria conveniente que as resoluções ao serem propostas, observem que já existem indústrias implantadas, agricultores irrigantes em atividade, entre outros usuários. O Dr. Garrido complementou que, remetendo a questão ao desenho do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quando alcançou sua figuração final com a criação da Agência Nacional de Águas, se comparassem a filosofia embutida da Lei nº 9.433/97, com aquela que respalda a 9.984/00, verificariam que a primeira é genérica, prendendo-se a diretrizes gerais e a segunda que norteia o trabalho da ANA, é mais específica e próxima do cenário atual comentado pelo Conselheiro Jairo, que remeteu de forma inteligente para Disposições Transitórias, entendeu-se que as resoluções do colegiada da ANA vão ser sempre mais ricas em Disposições Transitória do que as do Conselho que são mais genéricas. Solicitou ainda, que as Câmaras Técnicas levem em conta, ao elaborar as propostas de resoluções, aspectos relativos às atividades já existentes. Comentou ainda a proposta do Conselheiro Mauro Viegas para que a questão da Semana da Água seja remetida à próxima reunião Ordinária, prevista para ocorrer entre maio e junho de 2000. O Conselheiro Júlio Thadeu falou que haviam três alternativas: não criar a Semana Nacional da Água, criar uma data independente da data da Organização Pan-americana ou criar com a mesma data da Organização Pan-americana. O Dr. Garrido sugeriu que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais mantivesse contatos com a OPAS para identificar uma forma de fazer com que os interesses convergissem para uma só data. O Conselheiro Langone sugeriu não decidir hoje, permitindo assim um amadurecimento maior do assunto, acrescentando duas questões importantes: a Organização Pan-americana da Saúde é uma instituição com uma referência significativa, que estabelece parcerias importantes com os governos nessa área, por tanto decidir no momento sem proporcionar um espaço para o diálogo com uma organização que tem incentivado no país essa data comemorativa, implicaria em criar problemas de relação institucional. O segundo ponto importante é uma condição muito objetiva: a ABES é o operador Nacional da Semana Inter-Americana da Água, é uma instituição muita consolidada no País, com uma grande liderança em todos os estados e a semana deve ser aquela a qual a ABES já tem consolidada uma liderança. O Dr. Garrido agradeceu ao Conselheiro Langone e sugeriu que, diante dos fatos apresentados, a matéria seja mais bem discutida em uma próxima reunião, após a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais contatar com a OPAS e a ABES/RS para obter maiores informações a respeito da Semana Interamericana da Água e encaminhar uma proposta final a este Plenário. Sem mais assuntos a serem discutidos e dado o caráter extraordinário da reunião, o Sr. Presidente encerrou a III Reunião, agradecendo a presença e a dedicação de todos os Conselheiros presentes, em nome da Secretaria Executiva e do Presidente do Conselho, o Sr. Ministro. Por fim, às dezesseis horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou encerrada a III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata será assinada por mim, Raymundo José Santos Garrido, Secretário Executivo e pelo Presidente do CNRH.